



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

10ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Qualidade Ambiental

Data: 6 de abril de 2026

Local: TEAMS

1- Presenças

Setor	Nome	Órgão
1 - Governo Federal	Adalberto Maluf (Presidente)	MMA
2 - Governo Estadual	Ingrid Rosa do Espírito Santo	INEA - RJ
2 - Governo Estadual	Jacilene Gomes Moreira	Sedeste-PR
3- Governo municipal	Antônio Marcos Barreto	Anamma-NE
3- Governo municipal	Marçal Cavalcanti	Anamma-Nacional
4 – Soc. Civil e Trab.	Eduardo Armond	CNTC
4 – Soc. Civil e Trab.	Maria Lucia Bernardes C. Silva	ABES
5 - Setor Empresarial	Wanderley Coelho Baptista	CNI
5 - Setor Empresarial	Bernardo Souto	CNC
Observador(a)	Adriana Lustosa da Costa	
Observador(a)	Adriana Sotero	Fiocruz
Observador(a)	Ailton Junior	
Observador(a)	Alessandra Andrade Souza	
Observador(a)	Ana Marina Martins de Lima	
Observador(a)	Anderson de Medeiros Bezerra	MMA
Observador(a)	André Luiz Silva Pereira	
Observador(a)	Camila Dantas Lucio Roncato	
Observador(a)	Carol Marques	
Observador(a)	Carolina Brito	
Observador(a)	Cayssa Peres Marcondes	MMA
Observador(a)	Cynthia Malaghini	AESBE
Observador(a)	Daniel Silveira Lopes	
Observador(a)	David de Hollanda Vianna	
Observador(a)	Dennys de Souza Mourao	
Observador(a)	Eduardo Fontoura	
Observador(a)	Eliana Kitahara	
Observador(a)	Érika Stefane de Oliveira	
Observador(a)	Fabiana Baldez	
Observador(a)	Filipe Viegas de Arruda	
Observador(a)	Gustavo Cherubina	

Observador(a)	Gustavo Possetti	ABES
Observador(a)	Heloisa Dias	IA-RBMA
Observador(a)	Jéssica Milena Moura Neves	Min. Saúde
Observador(a)	Jose Miguel da Silva	ECOCIDADE RJ
Observador(a)	Julia Placido Moore	Min Saúde
Observador(a)	Juliana Gatti	Sociedade Civil
Observador(a)	João Geraldo Ferreira Neto	
Observador(a)	Leidiane Santana Santos	
Observador(a)	Leonardo Justo	
Observador(a)	Luiz Gustavo Haisi Mandalho	MMA
Observador(a)	Manara	Anamma
Observador(a)	Maria Helena R. B. Martins	ABEMA - SP
Observador(a)	Maria Helena	
Observador(a)	Maria Ines Zanolli Sato	
Observador(a)	Maria Lucia Goncalves Guardani	
Observador(a)	Mario Augusto Cardoso	CNI
Observador(a)	Mario William Esper	ABNT
Observador(a)	Marta Lamparelli	CETESB/SP
Observador(a)	Mayron Morais Almeida	
Observador(a)	Mirian de Oliveira	
Observador(a)	Nelson Menegon Junior	
Observador(a)	Patricia Boson CNT	
Observador(a)	Paulo Saldiva	
Observador(a)	Prof. Adacto Ottoni	UERJ
Observador(a)	Robson Fernando Justino	
Observador(a)	Romario Junior	
Observador(a)	Sandra Kishi	MPF
Observador(a)	Sérgio Ricardo Baía Viva	
Observador(a)	Tatianne Costa	
Observador(a)	Thaianne Resende Fabio	MMA
Observador(a)	Thiago de Oliveira Valente	
DSISNAMA - apoio	Vinicius Martins Diniz	MMA
DSISNAMA - apoio	Júlia Martins	MMA
DSISNAMA - apoio	Vinícius Vitoi	MMA



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

2 – Pauta

1- Nº 02000.012515/2024-63 - Estabelece diretrizes para a elaboração dos Planos para Episódios Críticos de Poluição do Ar e os valores referenciais para declaração dos níveis críticos de poluição atmosférica;

2- Nº 02000.001228/2024-28 - Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução nº 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA; início das discussões.

3- Reunião

Adalberto Maluf, presidente da CTQA, conferiu o quórum e deu início a reunião informando a pauta que são matérias finalizadas nos GT Episódio Crítico e GT Resolução 430. Informou que foi incluída na pauta da reunião apresentação da proposta de resolução sobre reúso de água que será debatida em comum acordo com CNRH.

Solicitou a deliberação para a criação de Grupos de trabalho dos temas aprovados no CIPAM:

- MAR II
Presidência - SQA
Vice-presidência - ABEMA
Relatoria - ANAMMA
- Grandes geradores de resíduos
Presidência – SQA
Vice-presidência - ANAMMA
Relatoria – representante dos MNCR + representante Soc. Civil

Foi aprovada a criação dos GT's cada um terá 5 membros e duração de 6 meses.

4. Deliberações e Votações

4. 1 Episódios Crítico

Adalberto Maluf-MMA fez apresentação das atividades que envolveram a construção da minuta de resolução que surgiu no âmbito de avaliação do PRONAR que concluiu que este tema deveria ter resolução própria.

Juliana Gatti-Soc. Civil fez apresentação do relatório sobre o GT Episódios Críticos. Foi destacado os consensos construídos em duas reuniões do GT, os três estados de “criticidade” e comunicação digital ampliada. Em regiões onde há ocorrência de incêndios florestais o órgão ambiental pode decidir por meio de observação visual de particulados no

ar. Pontos de divergências são: concentração de cada episódio crítico; planos estaduais e prazo para aplicar a norma; comitê de acompanhamento.

Adalberto Maluf-MMA fez a leitura da minuta de resolução.

Maria Lúcia Guardani-CETESB fez apresentação de relatório com os pontos principais da resolução, ou seja, episódio crítico não é uma normalidade e é fundamental ter as concentrações excepcionais tendo como referência os valores definidos na Resolução 506. Citou o Proconve como um instrumento que resolveu problemas de poluição do ar em São Paulo. Descreveu as divergências entre o MMA e ABEMA para as concentrações que definem os três episódios críticos. Defendeu que o padrão de longo prazo, padrões da Resolução 506, não devem ser referência para padrões para episódios críticos. Citou que os valores sugeridos para episódios críticos proposto pela ABEMA são compatíveis com valores internacionais.

Jéssica Milena-MS fez apresentação sobre propostas do Ministério da Saúde tendo como base diretrizes da OMS comparando com os valores para episódios críticos propostos pela ABEMA e MMA. Fez breve relato do Programa VIGIAR implementado em parceria com os estados.

Maria Helena-CETESB defendeu que divulgar episódios críticos não acarreta mudanças de longo prazo para a qualidade do ar porque esta é relacionada a programas estruturados de despoluição. Concorde com a necessidade de informar a sociedade, porém destacou a possibilidade de banalização da informação de alertas.

Heloisa Dias-Soc. Civil destacou mudanças climáticas e afirmou que estamos em emergência de qualidade do ar todos os dias e é preciso ser sincero com o cidadão. Citou exemplo da balneabilidade de praias que contribuiu para agentes públicos investirem em programas de controle de poluição.

Wanderley Coelho-CNI identificou divergências entre dados da ABEMA e MS, citou que o ozônio pode ter a concentração devido fatores naturais, defende que episódios críticos não podem ser confundidos com qualidade do ar. Defendeu que ações necessárias para contornar episódios críticos rebatem em atividade econômica e isso deve ser considerado.

Paulo Saldiva-Soc. Civil. Argumentou sobre diferenças entre ações de controle da poluição e episódios críticos. Citou exemplos de estudos sobre efeito da poluição na saúde humana.

Luís Mandalho-MMA lembrou que existem dois padrões de qualidade ambiental, uma de longo prazo e outra de curto prazo. A forma escalonada dos índices de qualidade do ar deve ser considerada para definir valores dos episódios críticos.

- Aprovação do texto base: 7 votos aprovação; 2 votos contra.

- Votação nomes dos índices: Proposta ABEMA - Prevenção, Atenção e Emergência 3 votos; Proposta MMA - Atenção, Alerta Emergência 6 votos

- Votação Modificação caput art. 4 citação de “atenção, alerta, emergência”

- Votação Ajuste §1º art. 3º retirada do termo “intersetorial” por ser genérico e o complemento “e publicação, após consulta pública”.

- Votação §§ do art. 4: ter anexo II (proposta MMA) ou versão da ABEMA com incisos. 4 votos para proposta do MMA e 4 votos para proposta ABEMA com voto de qualidade do presidente.

- Votação prazo para elaborar Plano: 18 meses após o Guia (proposta MMA) ou 3 anos após a resolução (ABEMA). Votos: 9 a favor da proposta do MMA.

Observação: Intervalo para intervenção do Prof. Jeferson Nascimento de Oliveira sobre resolução de reúso de água. A proposta foi organizada no âmbito da Conselho Nacional de Recursos Hídricos e contém critérios para uso residencial, industrial e agrícola. Foi construída com participação de diversos segmentos inclusive consulta pública.

- Votação § 4 art. 4 proposta para incluir consulta pública para plano. 8 votos para incluir e 1 votos contra.

- Votação novo § art. 4 para incluir especificidades locais nos planos. Aprovado por unanimidade.

- Votação § 1º art. 4º sobre retirar citação a estações que medem poluição veicular próximo de vias para declarar os estados de atenção, alerta, emergência. Aprovado por unanimidade.

Anexo 1 proposta do MMA e proposta da ABEMA. Para Adalberto-MMA na proposta do MMA o corte do estado de alerta é feito quando chega no nível ruim para os poluentes. **Wanderley-CNI** considera que valores de corte para diferentes estados de alerta não devem ter como referência os padrões de qualidade do ar e sim valores de corte que sejam realmente limitantes para saúde humana. Para ele a proposta da ABEMA é a que mais considera realidade brasileira em especial por buscar referência mexicana. Maria Helena-CETESB destacou que haverá questionamentos se níveis críticos forem estabelecidos a partir de padrões de qualidade.

Maria Lúcia Gonçalves-CETESB explicou que a decisão para definir situação crítica são medições das últimas 24 horas, enquanto o padrão de qualidade é baixo risco. Thaianne Resende-MMA sugere alterar índices da proposta do MMA para aproximar dos padrões do México.

Jéssica Milena-MS argumentou que as médias obtidas nos trabalhos do MS foram feitas com base em dados de 24 horas. Mírian de Oliveira-MMA explicou como foi construído cinco níveis de índices de qualidade do ar e porque o nível ruim já indica necessidade de alertas, enquanto para a proposta da ABEMA só há alerta quando ocorrem níveis mais elevados que o ruim.

Maria Helena-CETESB argumenta que a sociedade pode ficar confusa com alertas que são variáveis com muita frequência e defende que pode aceitar proposta do MMA de alterar primeiro nível de alerta.

- Votação Anexo I proposta MS/MMA e proposta ABEMA. 5 votos a favor da proposta MMA e 4 votos a favor da proposta ABEMA com modificação de alguns níveis de alerta em atendimento a demandas levantadas durante a reunião.

Houve questionamentos sobre votação ou não do anexo II e, por acordo, foi colocado em debate e posterior votação. A tabela é sobre conteúdo mínimo do Plano para Episódios Críticos. **ABEMA** sugere retirar critérios, monitoramento contínuo, governança intersetorial do Plano. Preocupação da ABEMA, segundo Ingrid-INEA, não se trata de não ouvir a sociedade porque artigo que cita o plano cita a consulta da sociedade e realçou que os órgãos estaduais dialogam com a sociedade.

Votação anexo II proposta MMA e proposta ABEMA. 5 votos a favor da proposta MMA e 4 votos a favor da proposta ABEMA.

4.1.1 Resultado.

Matéria aprovada na CTQA.

4.2 Revisão Resolução 430

Adalberto-MMA fez breve relato sobre os critérios e atividades desenvolvidas para construir a proposta de resolução destacando a Análise de Impacto Regulatório-AIR. A proposta foi construída pela Agência Nacional de Águas-ANA com interlocução com diversos setores realizado. A novidade da proposta é presença do tema drenagem urbana na norma. Na sequência tentou-se iniciar a votação, porém foi apresentado argumentos para que o setor de saneamento possa se manifestar e, em razão disso, a representação da CNI sugeriu interromper a votação.

Wandereley-CNI sugere voltar a matéria para o GT.

Thaianne-MMA defende que voltar para o grupo de trabalho é inadequado porque houve debate suficiente e sugere colocar em votação itens que não houve consenso, argumentou que houve prazo suficiente para membros da CT conhecerem a proposta e considera que deve ser feita reunião extraordinária.

Marçal-ANAMMA considera adequada nova reunião porque haverá muito debate sobre o tema.

Maria Lúcia-ABES destaca que é importante debater sobre a matéria em especial aqueles que levam obrigações para pequenas cidades.

Maria Helena-CETESB argumentou que é necessário mais debate antes de iniciar votação.

Thainne-MMA lembrou que este tema já foi amplamente debatido em diferentes espaços técnicos e acadêmicos.

Encaminhamento:

Proposta de reunião extraordinária para o dia 13 de abril 9h30 às 13hs.

Serão encaminhados documentos produzidos sobre o tema.

ABEMA irá encaminhar novas sugestões.

8. Encerramento

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 18h20.